

REUNIÃO DOS MINISTROS DA AGRICULTURA DA CPLP

- FAO -

ACTA

No dia 10 de Novembro de 1997, pelas 10 horas, realizou-se nas instalações da FAO, em Roma, a primeira reunião dos Ministros da Agricultura dos países membros da CPLP, em resultado de um entendimento entre a CPLP e a FAO e com o acordo dos respectivos estados.

Estiveram presentes:

pelos Estados membros: os senhores Ministros da Agricultura de todos os países, à excepção do Ministro de Portugal, que se fez representar pelo sr. Embaixador em Roma, sr. Dr. Nunes Barata, acompanhado por uma delegação do Ministério da Agricultura;

pela CPLP: a signatária, assessora para os assuntos económicos, em representação do sr. Secretário Executivo, dr. Marcolino Moco;

pela FAO: sr. André Regnier, sub-director geral e responsável pelo Departamento de Cooperação Técnica, o sr. A. Sawadogo, sub-director geral e responsável pelo Departamento de Agricultura e o sr. Boubacar Touré, director do gabinete da FAO em Nova Iorque.

Reunião Prévia

Previamente à reunião, realizou-se uma outra, convocada pelo Brasil, sem que disso se tivesse dado conhecimento à CPLP. A signatária esteve presente, porque foi informada pela FAO de que essa reunião prévia estava a ser realizada.

Esta reunião tinha como objectivo uma concertação entre os Ministros sobre a posição a tomar durante a reunião com os representantes da FAO. O Brasil, através do seu Ministro da Agricultura, informou da existência de um programa proposto pelo Brasil à FAO, dirigido a Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, programa esse que havia sido recusado pela FAO.

As conclusões desta reunião prévia foram as seguintes:

- Os Ministros escutariam o que a FAO tinha para dizer e depois decidiriam.

- Se necessário, realizar-se-ia uma nova reunião, depois da reunião com a FAO.
- A língua utilizada devia ser o Português.

No final desta reunião, a signatária falou com o sr. Ministro da Agricultura do Brasil, para lhe transmitir os cumprimentos do sr. Dr. Marcolino Moco, explicar-lhe os motivos da sua ausência e pedir-lhe que os transmitisse a todos os presentes, no início da reunião com a FAO; solicitou-lhe ainda que presidisse à reunião, em conformidade com o disposto nos Estatutos da CPLP.

Reunião com a FAO

Dado ter ficado acordado que a língua da reunião seria o Português, e não estar assegurado um serviço de tradução simultânea, um funcionário da FAO encarregou-se de fazer a tradução das intervenções.

Os trabalhos deviam seguir a Agenda previamente enviada a todas as embaixadas dos países membros creditadas em Lisboa, bem como ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Nesse sentido, o sr. Regnier tomou a palavra para agradecer à CPLP a realização desta reunião, que tinha como objectivo reforçar a cooperação entre os países, em particular através de projectos que assegurassem a Segurança Alimentar.

Ponto 1 da Agenda – Programa Especial para a Segurança Alimentar

O sr. Regnier informou que o Programa tem como objectivo contribuir para aumentar a segurança alimentar nos países mais carenciados e será executado num período de 5 anos. Trata-se de um programa especial que se baseia num projecto nacional, com a participação das populações locais.

O Programa tem 2 fases:

Fase Piloto, com 4 aspectos importantes:

- Controlo da água.
- Intensificação da produção vegetal, tendo em conta o problema da comercialização.

- Diversificação dos sistemas de produção de modo a garantir um rendimento homogéneo às famílias.
- Análise das questões que impedem o desenvolvimento e dos condicionalismos existentes.

O Programa Especial procura começar a trabalhar rapidamente sobre um conjunto de 30 locais e, ao fim de 1 ano agrícola, o objectivo será realizar um seminário de análise e de lançamento do programa a aplicar no ano seguinte.

Fase de Expansão, com 2 fases distintas:

- Programa para a reforma da política agrícola e de segurança alimentar que visa corrigir os condicionalismos sócio-económicos e institucionais e criar um ambiente favorável à expansão da produção agrícola.
- Programa de investimentos que assegure a disponibilização de recursos necessários para suplantar os condicionalismos em infraestruturas e estimular o financiamento público e privado de actividades e serviços agrícolas. Este programa teria um período de execução de 3 anos.

Nenhum projecto chegou ainda à Fase de Expansão. No entanto, 41 países estão já a ter acesso ao Programa Especial. A título de exemplo, o sr. Regnier referiu que a Itália já participou financeiramente no Programa Especial em Angola, a Espanha vai iniciar uma participação na Mauritânia e outros 3 países da América Central, a Bélgica e a França também estão envolvidas em projectos em diferentes países.

Quanto aos recursos, a FAO tomou algumas iniciativas com vista à mobilização de recursos adicionais e tem vindo a fazer acordos com outras entidades, tais como o Banco Mundial, a Comissão Europeia e entidades do sector privado.

Ponto 2 da Agenda – Programa de Cooperação Sul-Sul

O objectivo deste programa é permitir que os países recebedores beneficiem da experiência e especialização de países em desenvolvimento mais avançados em matéria de produção alimentar, através do envio de equipas para o terreno, capazes de trabalhar directamente com as populações locais. Ter-se-á, assim, uma massa crítica com peso e dimensão. O Programa terá uma duração de 3 a 4 anos.

Trata-se de um programa inovador, na medida em que é um acordo tripartido ou mesmo quadripartido: o país receptor, país que dá o apoio técnico, a FAO e, eventualmente, um 4º membro que é o doador ou financiador.

A questão do financiamento é também dividida: a FAO paga um *per diem* mais despesas de transporte, o país receptor assegura o resto, mas um 4º país pode ajudar através de um financiamento suplementar.

A Cooperação sul-sul está agora a arrancar e já existem muitos acordos em vias de finalização: Índia/Eritreia, Marrocos/Nigéria, Marrocos/Burkina Fasso, etc.

Debate

Depois da apresentação dos dois primeiros pontos da Agenda, entrou-se num período de debate, iniciado pela Guiné-Bissau que referiu um projecto de cooperação com o Brasil dentro do Programa Especial para a Segurança Alimentar o qual não teve ainda seguimento. Gostaria, por isso, de saber mais algumas informações sobre esse caso específico. O sr. Ministro da Guiné-Bissau referiu ainda a importância do Programa Especial para que os estados possam atingir rapidamente a auto-suficiência alimentar e agradeceu a organização da reunião que traduzia o reconhecimento da CPLP pela FAO.

O Brasil sublinhou as palavras da Guiné-Bissau e indicou que a FAO não aceitou a proposta de projecto. Pediu, por isso, que lhe fossem dadas explicações sobre essa recusa.

O sr. Regnier referiu a necessidade de um programa como o Programa Especial ser homogéneo, sendo um dos principais problemas o da massa crítica. Daí, a FAO insistir na quantidade de técnicos a enviar para os locais. Esse envio pode ser feito periodicamente, segundo um plano acordado entre o país que envia os técnicos e o país que os acolhe. Deste modo, os técnicos podem chegar ao país de forma escalonada.

Portugal sublinhou que esta era uma reunião da CPLP com uma organização internacional, o que traduz o reconhecimento da existência da nossa Comunidade. Agradeceu a exposição sobre os Programas. São duas iniciativas muito importantes e o

Governo Português não deixará de analisar a sua filosofia e responder em conformidade num futuro breve. Sublinhou mais uma vez que esta reunião era da FAO com a CPLP e que, nesse contexto, se esperava que fosse definido o futuro das relações entre as duas organizações. Os problemas bilaterais podem ser tratados noutra contexto.

Cabo Verde agradeceu à FAO a reunião e o reconhecimento da CPLP e sugeriu que o Português passasse a ser considerada como língua da organização. Agradeceu também a exposição feita sobre os dois programas e a adesão de Cabo Verde aos mesmos, embora se debata com o problema da falta de “massa crítica”. Sublinhou que a presente reunião devia traçar as linhas da cooperação entre a FAO e a CPLP e sugeriu duas áreas que considera de extrema importância: a Formação e a Informação.

Angola agradeceu a exposição feita e pediu esclarecimentos sobre a questão da “massa crítica”.

O sr. Regnier sublinhou que o objectivo do programa é a transferência de experiências em 3 áreas principais: água, dinamização da produção vegetal e diversificação da produção animal. Se forem enviados 1 técnico por área para cada um dos 30 locais previstos, e contando ainda com uma pequena equipa de apoio sediada nas capitais, Ter-se-á um grupo que rondará as 100 pessoas por projecto.

Moçambique agradeceu as explicações e sublinhou a importância dos Programas. Salientou, no entanto, que os técnicos deslocados não podem substituir as forças existentes, mas sim reforçar as capacidades já existentes. O projecto que estava programado com o Brasil é muito interessante e gostaria de saber quais as possibilidades de resolução deste assunto.

O Brasil, através do seu embaixador junto da FAO, sublinhou a importância desse projecto e a sua estranheza pela recusa da FAO. Referiu ainda que, no que respeita ao financiamento pela Itália de projectos em Angola e Moçambique, gostaria de saber mais informações sobre essa disponibilidade italiana e sobre o tipo de financiamentos.

O sr. Reigner respondeu a Cabo Verde dizendo que não se tratava de criar uma força paralela, mas sim de utilizar as capacidades existentes em cada país, reforçando-as com

técnicos externos. Quanto à questão levantada pelo Brasil, informou que a participação da Itália respeita a aspectos técnicos e não ao envio de peritos para os países.

O Brasil (através do seu Embaixador) pediu de novo a palavra para pormenorizar o projecto apresentado à FAO e pedir explicações sobre a sua recusa.

Moçambique agradeceu as explicações dadas e sublinhou que o problema apresentado pelo Brasil não era do âmbito da presente reunião.

O Brasil (na pessoa do sr. Ministro) afirmou, então, que as questões bilaterais seriam discutidas noutra foro, mas ainda assim gostaria de sublinhar que estaria aberto a todas as discussões para esclarecer este assunto.

Portugal pediu a palavra para referir que pressentia que a reunião estava a chegar ao fim e que, afinal, se tinham discutido apenas duas questões: a primeira, uma explicação detalhada dos dois programas da FAO, e a segunda a colaboração entre a Guiné, o Brasil e a FAO. Sublinhou que não gostaria de concluir daqui que não há nenhum interesse na cooperação entre a FAO e a CPLP.

A signatária pediu a palavra e afirmou o seguinte:

“Tal como referi ao sr. Ministro da Agricultura do Brasil antes do início desta reunião, gostaria de apresentar a todos os presentes as desculpas do sr. Dr. Marcolino Moco pela sua ausência nesta reunião, devida a problemas graves de saúde. O dr. Marcolino agradece à FAO o apoio para que este encontro se realizasse no âmbito dos seus trabalhos, o que traduz o reconhecimento pleno da nossa Comunidade. Agradece também aos srs. Ministros e às delegações presentes a pronta disponibilidade para a realização desta reunião que é, no entender do Secretariado Executivo, um marco importante. Tal como é do conhecimento de todos os presentes, o Secretariado distribuiu a todas as embaixadas dos países membros creditadas em Lisboa e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, uma Agenda para os trabalhos desta reunião. O Secretariado lamenta que não tenha havido tempo para se discutir o ponto 3 dessa Agenda, isto é, as possibilidades de cooperação entre a CPLP e a FAO. Nesse ponto, estavam indicadas algumas propostas de projectos, postas à consideração dos estados membros. O Secretariado espera que os estados façam agora chegar aos nossos

serviços as suas opiniões sobre os mesmos e, eventualmente, outras sugestões para uma futura cooperação entre a CPLP e a FAO.”

O sr. Regnier agradeceu ao Secretariado da CPLP a realização da reunião e sublinhou que era importante que ela não fosse a última; pelo contrário, esperava que ela tivesse sido a primeira de uma longa e frutuosa cooperação. Por outro lado, fazia questão em sublinhar que, para além desta cooperação CPLP/FAO, se mantinham abertos todos os canais para todas e quaisquer discussões bilaterais que os estados considerassem necessárias.